

A ATUAÇÃO DO PROFESSOR DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) NO SISTEMA PRISIONAL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Francisco Edjânio Rodrigues Ferreira¹
Francisco Vieira da Silva²

RESUMO

O trabalho em questão é resultado de uma atividade proposta na Disciplina Tópicos Especiais em Ensino I – Formação de Professores e Docência, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ensino (POSENSINO), da ampla associação entre a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), a Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). A narrativa apresentada objetiva realizar um breve relato, mostrando experiências vivenciadas nos anos de 2022 e 2023 enquanto professor do componente de Ciências Humanas e Sociais na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), para alunos privados de liberdade. As aulas foram realizadas nos espaços pedagógicos do Complexo Penal Estadual Agrícola Mário Negócio – CPEAMN, localizado no município de Mossoró/RN. Entendemos ser formativo contextualizar as práticas realizadas nos espaços vividos pelos professores. Além disso, nesse recorte temporal, objetivamos apresentar o texto acadêmico relato de experiência como recurso textual para mostrar a dinâmica educativa da EJA em espaços de privação de liberdade, conforme estudos de autores como Julião (2010). Foram realizadas leituras de trabalhos como os de Silva (2020), Reges (2024), Medeiros (2020) e Nóvoa (2022), para embasar as falas das vivências relatadas pelo professor/autor. Dessa forma, as reflexões foram desenvolvidas através de nossas trajetórias de superação, das dificuldades enfrentadas e das metodologias utilizadas diante das possibilidades e restrições no espaço citado como local de sala de aula. Buscamos ressaltar apontamentos sobre as especificidades da Educação de Jovens e Adultos no contexto prisional, as condições dos espaços, os limites para o professor realizar suas aulas, o perfil dos alunos/sala de aula e os percursos formativos dos profissionais/professores que desenvolvem atividades educacionais nas penitenciárias brasileiras.

Palavras-chave: Relato de experiência, Formação de professores, Educação de Jovens e Adultos, Privação de liberdade.

INTRODUÇÃO

Ao se pensar sobre o ensino voltado para as pessoas que não tiveram a

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ensino (POSENSINO) da associação ampla entre a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), a Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA) e o Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). E-mail: edjaniogeo@gmail.com;

² Doutor em Linguística pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Docente da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA) e do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e Programa de Pós-Graduação em Ensino (POSENSINO). E-mail: francisco.vieiras@ufersa.edu.br;

oportunidade de estudar na idade adequada, a partir da Educação de jovens e adultos (EJA), faz-se necessário remeter ao contexto de vida desse público e a relação com o nível de escolaridade, com vistas ao desenvolvimento de práticas pedagógicas produtivas e emancipadoras no ambiente escolar. Os professores que desenvolvem suas atividades na EJA convivem com o desafio de contextualizar seus procedimentos metodológicos com as diversas situações de vida e espaços, além das dificuldades que os alunos apresentam para compreender e interpretar os conteúdos trabalhados em uma mesma turma de sala de aula.

Atualmente, as normativas educacionais, a exemplo da Lei 9394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Básica, e da Resolução 01/2021 de 25 de maio de 2021, responsável por instituir as Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos ao seu alinhamento à Política Nacional de Alfabetização (PNA) e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e Educação de Jovens e Adultos a Distância, apontam para a inserção em espaços escolares das pessoas que abandonaram a vida escolar e garantem o direito de estudar. São os diferentes motivos ou contextos sociais, que tornam necessária a implementação dessa política educacional nos variados espaços escolares, levando em consideração as diversidades e particularidades de determinada população.

Diante do exposto, o presente artigo tematiza evidenciar por meio de relatos contextualizados com a literatura da área, as trajetórias vivenciadas pelo primeiro autor desse texto nos anos de 2022 e 2023, no sistema prisional, a partir da atuação como professor da área de conhecimento de ciências humanas e sociais. Objetiva-se apresentar momentos reflexivos sobre a prática docente para alunos privados de liberdade no contexto da EJA, nos espaços do Complexo Penal Estadual Agrícola Mário Negócio - CPEAMN no Município de Mossoró-RN. A dinâmica também se desenvolveu no espaço escolar do Centro de Educação de Jovens e Adultos Professor Alfredo Simonetti – CEJA, escola de lotação dos professores que atuam no sistema prisional do referido município.

O público alvo das práticas relatadas foram pessoas que se encontravam em cumprimento de sentença pela condenação de crime cometido. Esses alunos estavam divididos em duas turmas, uma turma dos anos finais do Ensino Fundamental e a outra do Ensino Médio, contendo, em média 23 e 20 alunos, respectivamente em cada turma, constituídas de acordo com os critérios do setor pedagógico da própria unidade prisional.

A área de conhecimento denominada de Ciências Humanas e Sociais, estabelecida em um documento curricular elaborado pela Sub-coordenadoria de EJA do Estado do Rio

Grande do Norte – SUEJA, foi desenvolvida por meio de aulas contínuas de componentes afins. No Ensino Fundamental Anos Finais, os componentes curriculares eram Geografia, História e Ensino Religioso; já no Ensino Médio, História, Geografia, Filosofia e Sociologia. Essa dinâmica por meio das experiências que vivenciamos nesses dois anos é entendida como um pressuposto de compreensão sobre o fazer docente da EJA nos espaços das salas de aulas de uma penitenciária, tendo em vista as dificuldades, superações, possibilidades e restrições nos desenvolvimentos das aulas.

Bondía (2022, p. 21) já nos afirma que “A experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca”. Sendo assim, as experiências vivenciadas que serão apresentadas neste trabalho embasam-se no modelo de trabalho acadêmico denominado de relatos de experiências, e apresentam recortes formativos e reflexivos contextualizados com ações pedagógicas experimentadas pelo primeiro autor desse trabalho.

REFERENCIAL TEÓRICO

De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil (1988), a educação é um direito de todos e um dos responsáveis pela sua promoção é o Estado, que deve possibilitar o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e a sua qualificação para o trabalho. Além disso, estabelece nos seus princípios norteadores a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. A Carta Magna ainda afirma que [...] Art. 208. “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria”, (Brasil, 1988).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB de 1996 ratifica os direitos mencionados acima referentes à promoção da educação e ainda enfatiza a seguridade da Educação de Jovens e Adultos, conforme se apresenta no art. 37, § 1º, [...] Art. 37. A Educação de Jovens e Adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria. § 1º “Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e adultos [...] oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida” [...] (Brasil, 1996).

No sistema prisional, além das garantias de direitos já mencionadas nas

legislações relacionadas ao acesso à educação, a Lei de execução penal – LEP (1984) também assegura essa assistência educacional. De acordo com o documento, “Art. 17. A assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado. Art. 18. O ensino de 1º grau será obrigatório, integrando-se no sistema escolar da Unidade Federativa”. (LEP, 1984, *online*)

Conseqüentemente, esse processo de garantia de acesso à educação básica envolve várias nuances como o contexto situacional em que os sujeitos que interromperam seus estudos estão situados, como também necessita que professores de cada área de conhecimento estejam preparados para desenvolver suas atividades docentes a partir dessa realidade. Entendemos como um fator crucial nesse processo compreender as particularidades e necessidades de práticas educacionais apropriadas e contextualizadas com a realidade do estudante da EJA sendo a formação docente fundamental para preencher várias lacunas desse segmento de ensino.

A formação do professor nesse processo é compreendida como uma necessidade, no sentido situacional, diretivo e metodológico, permitindo dessa forma desenvolver um trabalho direcionado e contextualizado. Sobre a formação de professores, Nóvoa (2002) enfatiza que

Não é fácil definir o conhecimento profissional: tem uma dimensão teórica, mas não é só teórico; tem uma dimensão prática, mas não é apenas prático; tem uma dimensão experiencial, mas não é unicamente produto de experiência. Estamos perante um conjunto de saberes, de competências e de atitudes mais (e este mais é essencial) a sua mobilização numa determinada acção educativa. Há um certo consenso quanto a importância deste conhecimento, mas há também uma enorme dificuldade na sua formalização e conceptualização. Ponho como hipótese de trabalho que ele depende de uma reflexão prática e deliberativa (Nóvoa, 2002, p. 27).

Ainda sobre a importância da formação de professores para os diversos contextos escolares, Veiga (2009) ressalta essa necessidade, pois, o aprimoramento do processo de formação requer muita ousadia e criatividade. Apesar da garantia e execução da educação básica nas unidades prisionais, existe uma lacuna que merece atenção no tocante às políticas pedagógicas direcionadas para esses espaços. Essa percepção é defendida por Julião (2010), ao avaliar a fragilidade para se definir políticas públicas voltadas para ações educativas nos espaços de privação de liberdade em penitenciárias.

Embora os projetos laborativos e educacionais para jovens e adultos privados de liberdade acumulem uma longa história no país, pode-se tacitamente afirmar que ainda não existe uma política pública de educação e de trabalho para o sistema penitenciário e que ainda são ações isoladas (realizadas como projetos)

sem a institucionalização de uma proposta político-pedagógica que abarque as características e finalidades de tal realidade, bem como de investimentos e repasses de recursos financeiros (Julião, 2010, p. 11).

Dada a importância do trabalho do professor para a melhoria do atendimento escolar, fica evidenciada a necessidade de investir na qualidade da formação profissional para o magistério e no aperfeiçoamento das condições de trabalho nas escolas. Além dessa necessidade, é preciso pensar o espaço de desenvolvimento das aulas como algo que proporcione a participação do aluno verdadeiramente nas propostas pedagógicas, com oportunidade para contextualizar vivências e levantar questionamentos. Conforme essa necessidade, Freire (1967) avalia que

Não há nada que mais contradiga e comprometa a emersão popular do que uma educação que não jogue o educando às experiências do debate e da análise dos problemas e que não lhe propicie condições de verdadeira participação. Vale dizer, uma educação que longe de se identificar com o novo clima para ajudar o esforço de democratização, intensifique a nossa inexperiência democrática, alimentando-a (Freire, 1967, p. 93).

Esse aspecto pedagógico mostra-se desafiador para um contexto de sala de aula que limita diálogos e proximidades entre professor e aluno, seja pelo distanciamento físico ou pelas impossibilidades de colocar algumas situações em pauta para diálogos devido a cultura de separação existente nos espaços de privação de liberdade como forma de prevenção e de segurança, o que implica o cuidado em desenvolver determinadas temáticas sociais e contextualizar com vivências e opiniões dos alunos apenas.

METODOLOGIA

Os percursos metodológicos do trabalho em tela desenvolveu-se a partir do recurso textual acadêmico relato de experiência. Buscou-se evidenciar um percurso sobre experiências/vivências do primeiro autor que compõe os responsáveis pela autoria desse escrito, tematizamos momentos de atividades docentes em espaços de privação de liberdade, lecionando disciplinas do componente curricular Ciências humanas e Sociais na modalidade de EJA.

Buscamos contextualizar por meio dos lugares/espços que faziam parte dessas vivências nos anos de 2022-2023, dialogar sobre as fragilidades e possibilidades que percebemos nos espaços da penitenciária locus de atuação contextualizando com a literatura. Realizamos apontamentos sobre a formação de professores, as políticas públicas e a disponibilidade de materiais pedagógicos que se entende como fundamental

para as práticas dos professores. Por fim, as vivências mostraram a importância de contextualizar as falas dos alunos, suas necessidades e relacionar os conceitos das disciplinas com as realidades sociais, além de dialogar com outras áreas de conhecimentos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A experiência vivenciada ocorreu principalmente nos espaços físicos das salas de aula do Complexo Penal Estadual Agrícola Mário Negócio, que fica localizado no município de Mossoró – RN. Além das salas de aula da Penitenciária, participamos dos momentos de planejamentos e reuniões na sede da escola na qual éramos lotados, uma escola estadual regularizada oficialmente para desenvolver atividades de Ensino Fundamental e Médio na modalidade de EJA. Esse espaço educacional é nominado como Centro de Educação de Jovens e Adultos Professor Alfredo Simonetti – CEJA e fica situada na zona urbana deste mesmo município.

O ingresso para atuar como professor nos espaços escolares mencionados anteriormente se deu por meio de Processo Seletivo realizado pela Secretaria de Estado de Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer – SEEC/RN. As vagas eram específicas para os Sistemas Prisionais e Socioeducativos, regionalizadas por DIREC, sendo que optamos por concorrer as vagas, que eram somente para cadastro de reserva, destinadas para professor de Ciências Humanas e Sociais. Após convocação publicada do Diário Oficial do Estado – DOE, dirigimo-nos à 12ª DIREC e posteriormente à escola de lotação com o termo de encaminhamento para apresentação inicial e iniciar as atividades, porém nenhuma orientação/formação específica foi apresentada nesse contexto. Sobre essa realidade da ausência de formação que contemple a modalidade/docentes, Reges (2024) evidencia que

O ensino dessa modalidade nesses espaços não se materializa com as especificidades devidas, de acordo com Julião (2020), os professores não foram “capacitados” para trabalhar no sistema prisional. São profissionais licenciados que, por motivos diversos, acabam vivenciando a experiência educativa nos sistemas de privação de liberdade, seja ele o socioeducativo ou o prisional (Reges, 2024, p. 80-81).

Ao chegarmos à escola, fomos recebidos pela coordenação pedagógica que também era responsável pelo acompanhamento dos professores que atuavam nas

unidades de privação de liberdade, e nos encaminhou para apresentação na unidade prisional. Além disso, foi-nos mostrada uma organização curricular contendo a distribuição da carga horária a ser desenvolvida em cada componente curricular e que seria trabalhado um por vez, sendo que o professor ficaria com a mesma turma até concluir todos os componentes do nível de ensino que estivesse trabalhando. A seguir, mostraremos, para melhor de compreensão, umas das grades curricular que nos foi repassada, conforme as tabelas abaixo.

Tabela 1 – Estrutura curricular Ensino Fundamental - Privados de Liberdade, EJA.

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR	ÁREAS DO CONHECIMENTO	COMPONENTES CURRICULARES	HORAS-AULAS/PRESENCIAIS	ESTUDOS ORIENTADOS	TOTAL DE HORAS-AULAS	TOTAL DE SEMANAS	TOTAL DE HORAS-AULAS	TOTAL DE HORAS
	LINGUAGENS	Língua Portuguesa	16	04	20	20	400	333:20
		Língua Inglesa	16	04	20	08	160	133:20
		Arte	16	04	20	02	40	33:20
		Educação Física	16	04	20	02	40	333:20
	MATEMÁTICA	Matemática	16	04	20	20	400	333:20
	CIÊNCIAS DA NATUREZA	Ciências	16	04	20	14	280	233:20
	CIÊNCIAS HUMANAS	História	16	04	20	14	280	233:20
		Geografia	16	04	20	14	280	233:20
	ENSINO RELIGIOSO	Ensino Religioso	16	04	20	02	40	33:20
TOTAL DE HORAS-AULA							1.920	-
TOTAL DE HORAS								1.600

Fonte: Secretaria do Estado da Educação da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer, 2022.

A tabela 1 apresenta todas as áreas do conhecimento para o ensino fundamental também denominado de 2º seguimento, bem como os componentes curriculares, a distribuição de horas/aulas presenciais e uma carga horária de estudos orientados para alunos privados de liberdade. A carga horária dos componentes de ciências humanas deveria ser desenvolvida em 28 semanas, sendo apenas duas para ensino religioso e o restante para geografia e história dividida em quantidades iguais de semanas. Sobre os estudos orientados, era impossível realizar conforme as orientações da escola, pois as regras internas da penitenciária não permitiam os alunos levar qualquer tipo de material ou atividades para o interior das celas de convivências.

Outro fator que, de início, tornou-se confuso foi o fato de que na unidade as aulas presenciais aconteciam apenas três vezes por semana, devido às necessidades internas. Os outros dois dias eram cumpridos com planejamentos na sede da escola, porém a coordenação pedagógica não tinha uma informação precisa sobre o preenchimento desses dias no Sistema Integrado de Gestão da Educação -Sigeduc, plataforma onde os professores preenchem as informações de notas e frequências dos alunos.

Dessa forma, como apenas um dia era destinado ao planejamento, ficava em aberto o que teoricamente era para ser trabalhado em sala de aula, e não sabíamos como proceder, devido à necessidade de aumentar o número de semanas para atender as normas da grade, porém no Sigeduc não eram realizadas essas mudanças.

Inicialmente, a turma trabalhada era composta por vinte e três alunos matriculados no segmento II que objetivava a conclusão dos anos finais do ensino fundamental. No primeiro dia de aula, realizamos uma dinâmica de apresentação e a construção de uma carta com relatos sobre a vida escolar de cada um e as expectativas que tinham sobre a oportunidade de retorno a sala de aula. Nos diálogos de apresentação, todos falaram que estavam gratos por terem sido escolhidos para fazer parte da turma e que o momento seria muito valioso para aprender coisas novas, sair da cela e também para a remissão da pena.

Nesse contexto de fala dos alunos sobre o interesse pelo estudo e a importância da educação para os apenados, destacamos o estudo de Silva (2020, p. 141), de acordo com quem, “uma marca registrada dos apenados do CPEAMN sempre foi tratar bem os professores. E estes retribuía com trabalho e dedicação. Aula sempre produtivas. Nunca houve nenhuma ocorrência de violência envolvendo as atividades educativas na instituição o que prova a eficiência da relação baseada no diálogo e respeito mútuo”.

A atividade que destaquei anteriormente foi aceita por todos, inicialmente eles não tinham material e tive que disponibilizar folhas e canetas para a maioria, até os seus familiares trazerem um *kit* básico solicitado pelo setor pedagógico da unidade. Alguns alunos não recebiam visitas dos familiares e não tinham como conseguir o material, porém outros receberam mais de uma unidade e doaram aos que não dispunham, de modo a facilitar a dinâmica da aula.

A escola não forneceu material pedagógico e não havia livros didáticos para os alunos. A fim de sanar, de algum modo, esse problema, tive a ideia de fazer pequenas apostilas com os conteúdos básicos para dialogar e facilitar o entendimento. Além de confeccionar o material, ainda precisei custear os gastos de impressão, como uma forma de agilizar a resolução desse problema inicial, pois a escola só disponibilizava impressão de atividades até um total de 15 cópias. Dessa forma, sempre confeccionava o material de conteúdos e atividades em colunas na folha e com a letra em tamanho reduzido, para conseguir inserir mais informações e também reduzir as despesas, já que a turma era muito numerosa. De início, a maioria reclamava do tamanho da letra devido aos problemas de visão que tinham, mas logo se adaptaram e compreenderam quando justifiquei o motivo da metodologia de organização do material.

Os encontros ocorriam por meio de uma retomada dos temas estudados na aula anterior, visto que os alunos não podiam levar material para a cela e revisar, dessa forma para dinamizar a interação levava imagens e distribuía para que cada pudessem relacionar com os conteúdos e assim revisarmos os principais conceitos estudados. Outras vezes levava enunciados para que associassem aos conceitos trabalhados, além de ser atrativo para eles, ajudava a se sentirem à vontade para ler em voz alta, algo que era um obstáculo no início para grande parte da turma.

A sala de aula possuía uma grade de ferro separando professor e aluno, para evitar o contado direto. Era um espaço bem amplo no lado em que os alunos ficavam, possuía cadeiras novas no estilo das convencionais utilizadas nas escolas do estado, no lado do professor era um espaço pequeno no estilo de um corredor, com um quadro branco na parede e uma cadeira com uma mesinha. Apesar das restrições, adotei a metodologia de um aluno por vez ir até próximo a grade para tirar dúvidas nas atividades ou mostrar como estava desenvolvendo seus trabalhos, isso facilitou bastante e virou rotina nas aulas.

Dentre as experiências, podemos destacar um projeto sobre a “Consciência Negra” realizado em pelo menos 5 momentos/aulas diferentes, fizemos vários debates e construímos materiais como mural, cartazes e apresentações. As reflexões geraram vários depoimentos apresentados pelos alunos sobre discriminação racial sofrida por eles ou presenciada, isso tornou os momentos bastante envolventes e reflexivos. Essa contextualização que perpassou a problemática social e se relacionou com conceitos das disciplinas pode ser entendido no que Medeiros, (2018), apresenta como algo fundamental na evidenciação da educação pelo viés da interdisciplinaridade,

Nesse contínuo discursivo sobre o tema, intuímos que a interdisciplinaridade na Educação empenha-se para a superação do ensino fragmentado e desligado dos problemas circundantes da sociedade. Sujeito, meio social e conhecimento são os componentes cardiais para uma educação que visa à formação de homens e mulheres integrada à realidade, distanciando-se da formação alienante caracterizada na história escolar (Medeiros, 2018, p. 172).

Outras práticas que destacamos aqui partiu de uma demanda que os alunos apresentaram e sempre solicitavam desde o início das aulas, que era trabalhar redação para melhorar as notas no Exame Nacional do Ensino Médio – (Enem), e o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja), exames que realizam todo ano na própria penitenciária e que é muito citado por eles como uma oportunidade, tanto para conclusão da etapa de ensino como para possíveis remissões de

pena a depender da nota obtida. Mesmo justificando que o componente que aborda mais diretamente esse tipo de conteúdo seria o de Linguagens, aceitamos o desafio.

Desenvolvemos um projeto sobre o passo a passo do texto dissertativo argumentativo, mostramos as partes de uma redação, formas de estruturas, conectivos, alguns apontamentos sobre pontuação, concordâncias e realizamos muitas atividades práticas produzindo esse tipo de texto de acordo com os conteúdos que estavam sendo desenvolvidos nas disciplinas, principalmente nas temáticas de geografia. Buscamos o entendimento da nossa prática no que defende Japiassu (1976, p. 75), citado por Medeiros (2018, p. 167), sendo perceptível a reflexão dos autores na necessidade de relacionar ou adaptar conhecimentos entre áreas de conhecimentos diversas:

[...] a colaboração entre as diversas disciplinas ou entre os setores heterogêneos de uma mesma ciência. [...]Podemos dizer que nos reconhecemos diante de um empreendimento interdisciplinar todas as vezes que ele conseguir incorporar os resultados de várias especialidades, tomar de empréstimo a outras disciplinas certos instrumentos e técnicas metodológicas, fazendo uso dos esquemas conceituais e análises que se encontram nos diversos ramos do saber, a fim de fazê-los integrarem e convergirem, depois de terem sido comparados e julgados.

Sendo assim, fica perceptível que a EJA no sistema prisional vista por meio das práticas pedagógicas dos professores necessita de uma correlação entre as áreas de conhecimentos distintas, para suprir as necessidades que surgem a partir das falas dos alunos, e para contextualizar as diferentes demandas com momentos que construam reflexões e conhecimentos significativos de formação para além da sala de aula ou das disciplinas específicas. Fica evidente também que o currículo que se apresenta para essa modalidade de ensino encontra-se descontextualizado e não atende os diferentes espaços e as necessidades do público alvo, evidencia-se essa problemática nos desafios que os professores que atuam no sistema prisional enfrentam para (re)inventar suas práticas pedagógicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da trajetória apresentada sobre o percurso vivenciado e as experiências alcançadas, podemos realizar alguns apontamentos sobre as práticas pedagógicas em espaços de privação de liberdade, como professor da área de conhecimento de ciências humanas e sociais. Um primeiro aspecto que pode ser evidenciado é a ausência de uma proposta direcionada tanto para o alunado privado de liberdade quando para os

professores/educadores que atuam nesses espaços. Acompanhada dessa problemática, foi possível perceber ainda a deficiência na disponibilidade de recursos básicos, como livros e materiais pedagógicos diversos.

Um segundo apontamento que merece destaque é a ausência de uma formação direcionada para atuar nos espaços escolares das penitenciárias, tornando o percurso do professor solitário, árduo por muitas vezes, sendo preciso tornar-se autoformativo. Além disso, o contexto e as demandas dos alunos fazem com que outros caminhos sejam seguidos para que, de alguma forma, a educação da EJA tenha significados positivos para os sujeitos envolvidos. Dessa forma, os mecanismos orientados pela escola ou pela própria penitenciária aparecem como frágeis e descontextualizados, sendo preciso o professor ter autonomia para reinventar a todo instante suas práticas pedagógicas e se posicionar como um sujeito de ação precisando desenvolver diversas ações para concretizar suas aulas.

Outro fato que evidenciamos nas experiências apresentadas diz respeito a elementos positivos no processo de interação dos sujeitos, o processo ensino-aprendizagem ganha uma ressignificação. O professor passa a atuar a partir das demandas, dificuldades e contextos dos alunos, conseguindo, assim, desenvolver momentos formativos que perpassam uma grade curricular e envereda significados para a vida e a formação pessoal dos indivíduos, contextualizados pela interdisciplinaridade.

Portanto, são evidentes as fragilidades e ausência de investimentos que proporcionem uma educação pautada numa seriedade alicerçada em valores básicos, e que também aponte caminhos para que a EJA nos espaços de privação de liberdade possa ser de fato desenvolvida a partir da inclusão e da formação. Percebe-se tanto por meio da ausência ou superficialidades nas normativas educacionais, como por parte do Estado um desinteresse estrutural no sentido da formação para os educadores/professores, investimentos em recursos pedagógicos e debates que apresentem discussões e ações com possibilidades de avanço educacional nesses espaços de privação de liberdade no Brasil.

REFERÊNCIAS

BONDÍA, J. L. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, v.19, p. 21-22, jan./abr. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/Ycc5QDzZKcYVspCNspZVDxC/?format=pdf>. Acesso em: 12 set. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm, Acesso em: 11 jul. 2024.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB**. 9394/1996.

BRASIL. **Lei de Execução Penal - Lei 7.210 de 11 de julho de 1984**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm Acesso em: 11 jul. 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo, Terra e Paz, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1974.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

JULIÃO, Elionaldo. O impacto da educação e do trabalho como programas de reinserção social na política de execução penal no Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Educação** v.15n.45set./dez.2010.Disponível:<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/Vn78Jnpd4pwJdzkXVXmsyWB/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 10 jul. 2024.

MEDEIROS, E. A. A Interdisciplinaridade na Educação: uma abordagem conceitual. **Linguagens, Educação e Sociedade**, Teresina, v. 23, n. 39, p. 158-177, maio/ago. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpi.br/index.php/lingedusoc/article/view/1176>. Acesso em: 12 set. 2024.

MEDEIROS, E. A. Coordenação de curso de graduação – desafios e tensões na atuação profissional do professor universitário. **Comunicações**, Piracicaba, v. 27, n. 3. set./dez. 2020.Disponível em:https://www.researchgate.net/publication/351757391_Coordenacao_de_Curso_de_Graduacao__desafios_e_tensoes_na_atuacao_profissional_do_professor_universitario. Acesso em: 12 set. 2024.

NÓVOA, António. **Formação de professores e trabalho pedagógico**. Lisboa: Educa, 2002.

REGES, Areillen Ronney Rocha. **Narrativas de professores de ciências humanas do CASE, Mossoró – RN: ensino-aprendizagem para a ressocialização de adolescentes privados de liberdade**. 2024. 226f. Dissertação (Mestrado em Ensino) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Universidade Federal Rural do Semi-Árido, 2024.

REGES, A. R. R.; MEDEIROS, E. A. de. Ensinar e aprender em contextos de privação de liberdade e isolamento social: uma experiência com socioeducandos do CASE, Mossoró - RN. **Doxa: Rev. Bras. Psico. e Educ.**, Araraquara, v. 23, n. 00, e022014, 2022. e-ISSN: 2594-8385. DOI: <https://doi.org/10.30715/doxa.v23i00.17462>. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/doxa/article/view/17462/14848>. Acesso em: 12 ago. 2024.